

Alves, L. S.; Machado, N. F. S. V. L.; Tanajura, J. L. B.; Caribé C. V. R. & Aires, S.

Escuta psicanalítica a adolescentes em acolhimento institucional: uma experiência de extensão

Leonardo Souto Alves¹

Nuno Figueiredo Souza Venâncio Lopes Machado²

Jamylle Leão Barbosa Tanajura³

Camila Vieira Rebouças Caribé⁴

Suely Aires⁵

Resumo

O projeto de extensão universitária “Adolescência, Acolhimento Institucional e Clínica do Desamparo” oferta escuta psicanalítica a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que se encontram em instituições de acolhimento. No presente artigo, busca-se apresentar a potência do dispositivo psicanalítico em sua relação com os termos que compõem o título do projeto, em especial o conceito de desamparo. Pautados pelo princípio de territorialização da clínica, os integrantes do projeto estabelecem diálogo com Unidades de Acolhimento Institucional e vão até os adolescentes para oferecer uma escuta que pode se dar em diferentes moldes clínicos, mitigando o silenciamento subjetivo que frequentemente se dá pela ação do Outro institucional e pela vulnerabilidade social desses sujeitos. A partir disso, aponta-se que a singularidade de cada caso atendido exige o questionamento de alguns elementos da teoria e da clínica psicanalítica, como o *setting*, o manejo da transferência, a direção do tratamento e as intervenções possíveis para o praticante. O projeto visa a uma aposta no valor significativo do que é trazido pelos adolescentes, permitindo surgir uma dimensão desejante, de agência acerca da sua história, desvinculando-os de uma determinação objetizante.

Palavras-chave: Psicanálise. Adolescência. Desamparo. Clínica ampliada.

1 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7096-8901>. E-mail de contato: leo.alves005@gmail.com.

2 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0020-4210>. E-mail de contato: nuno.v.machado6@gmail.com.

3 Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bacharel em Humanidades pela UFBA (Bahia, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7380-4374>. E-mail de contato: jamylletanajura@gmail.com.

4 Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Bahia, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9224-5587>. E-mail de contato: camilacaribe@outlook.com.

5 Psicanalista, psicóloga formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Instituto de Psicologia da UFBA (Bahia, Brasil) e líder do grupo de pesquisa Hiato: psicanálise, clínica e política. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0802-9070>. E-mail de contato: suely.aires7@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, trata-se de indicar como a clínica psicanalítica, especificamente com alguns sujeitos em vulnerabilidade, pode se constituir como um dispositivo de subjetivação em seu potencial de possibilitar a conquista de uma autonomia possível apesar do desamparo em que cada sujeito se encontra.

Em um resgate arqueológico dos modos como se deram as relações entre sujeito e verdade na história da humanidade, Foucault (2006) explora as diferentes leituras da solicitação socrática “conhece-te a ti mesmo”, apontando uma virada significativa na modernidade. Se, na antiguidade, a verdade concerne à ética, pois diz respeito aos conhecimentos úteis a orientar os atos do sujeito, na modernidade, a verdade se torna uma categoria epistêmica, designando aquilo que é passível de redução subjetiva (Gros, 2012). Constitui-se, então, um projeto de objetivação do sujeito. Entre os dispositivos elencados para realizar este projeto, estão as ciências *psi*, que prometem terapêuticas fundamentadas em objetivações do sofrimento. Paulatinamente, a psicologização – movimento que solicita que cada um se sujeite ao Outro das ciências *psi*, que saberia mais dele do que ele mesmo – cresce e se agrega a outros discursos, mais antigos, que organizam velhos modos de objetivação do sujeito: por parte do saber médico, a medicalização; por parte do saber jurídico, o punitivismo; por parte do capitalismo, a exploração do proletário; e por parte do racismo, o genocídio da população negra, entre outros (Fernandes, 2023).

Neste trabalho, gostaríamos de abordar um recorte específico de sujeitos especialmente marcados por essas e outras objetivações: adolescentes em acolhimento institucional. Tivemos contato com esse público através do projeto de extensão “Adolescência, Acolhimento Institucional e Clínica do Desamparo”, que surgiu em 2018 e têm sustentado parcerias com a clínica-escola de psicologia da Universidade Federal da Bahia [UFBA] e com as Unidades de Acolhimento Institucional [UAI] de Salvador e região metropolitana. Este projeto é um espaço de prática psicanalítica para os estudantes de psicologia da UFBA, dispondo também da presença de profissionais de psicologia, sejam estes egressos da referida universidade ou, ainda, profissionais que atuam na rede socioassistencial.

O projeto visa a oferecer acolhimento e escuta psicanalítica para adolescentes que, por terem seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos, se encontram em UAI. Os atendimentos são realizados por estagiários e por extensionistas do projeto, sendo supervisionados por uma docente e por uma psicóloga que atua na defensoria pública, construindo, assim, uma rede de apoio e de comunicação entre serviços públicos de saúde, direito e assistência social. A demanda inicial para atendimento pode vir por intermédio das instituições parceiras, por meio de encaminhamentos internos e, ainda, por demanda do adolescente ou de sua família, que podem entrar em contato através do número de telefone do projeto, que é divulgado em redes sociais.

Os atendimentos podem ocorrer nas UAIs, no serviço de psicologia da universidade, em ambientes de serviços da rede pública de saúde mental cedidos para esse fim, de maneira *online*, ou mesmo em cenários urbanos possíveis, como *shoppings* e praças públicas. Desse modo, temos contato com diferentes *settings* clínicos, que vão desde o modelo

clássico, entre quatro paredes, até o que Lancetti (2006) nomeia de “clínica peripatética”, um modelo de cuidado que se dá em deslocamento pelo território do usuário. Ademais, ocupamo-nos de construir e fortalecer a rede social de suporte necessária para o cuidado à saúde do adolescente atendido através do diálogo com as redes de saúde mental e assistência social.

As situações prévias à institucionalização desses adolescentes são diversas, mas há um perfil médio entre eles: em sua maioria, são jovens negros e têm um histórico extenso de violência e vulnerabilidade socioeconômica. A popularização das ciências *psi* nem sempre faz parte dos discursos que rondam esse grupo, trazendo diferenças no modo como esses jovens se aproximam de nós. Nesta interseção entre o imaginário acerca do que constitui um atendimento psicológico e o estranhamento diante de nossa chegada, é preciso estarmos atentos à leitura que fazem de nossa presença como também à nossa posição nas relações de poder nas instituições. Diante dessas considerações, o princípio que orienta nosso trabalho é único: que a clínica possa ser um espaço de subjetivação, ou seja, um espaço onde o sujeito é convocado a reconhecer-se em suas vivências enquanto agente, posicionar-se frente ao que elas dizem de seu desejo e responsabilizar-se pelo que lhe é próprio. Entendemos que esse processo só se dá pela via da palavra, pela sua potência de ancoragem subjetiva como também pelas possibilidades de invenção com ela na singularidade de seu uso (Broide & Broide, 2020). Diante disso, os objetivos deste trabalho são discutir cada um dos três termos que intitulam nosso projeto de extensão à luz da psicanálise e apresentar como eles se enlaçam nessa clínica.

Adolescências, no plural

A princípio, vale afirmarmos a diferença entre adolescência e puberdade bem como reconhecermos o caráter sintomático da primeira em relação à segunda (Grillo, Albuquerque, & Ferreira, 2022). Alguns autores, como Jucá e Vorcaro (2018), abordam a puberdade através da biologia, limitando-a à maturação do organismo que servirá de estopim ao trabalho psíquico, para então diferenciar a adolescência. Outros, como Rassial (1999), a definem como “um momento de emergência real que não se reduz às transformações físicas” (p. 89) que remetem o sujeito à sexualização e à impossibilidade da relação sexual – ou seja, à impossibilidade de suturar a castração por uma suposta complementaridade entre sujeito e Outro. Não obstante, ambas as perspectivas desembocam numa concepção da adolescência como um momento lógico que dispensa referências cronológicas, propício a uma formação sintomática, ou seja, a um enodamento singular entre o real, o simbólico e o imaginário, que ganha uma nova roupagem a partir da puberdade. Adolescer, então, é sintomatizar, tentando um compromisso entre as conquistas infantis e as exigências da adultez (Grillo et al., 2022); é revisitar o estádio do espelho, visto que as mudanças pubertárias exigem o luto do corpo infantil e a reconstituição do corpo próprio (Almeida & Fernandes, 2020); é redescobrir o objeto sexual na reescrita de roteiros fantasmáticos (Freud, 1905/2016); para alguns, é relativizar o Pai como ponto de referência ao ampliar os laços com o Outro social (Alberti, 2010).

Além disso, há também uma tarefa que Freud (1905/2016) considera “uma das realizações psíquicas mais significativas e também mais dolorosas da época da puberdade” (p. 149): o desprendimento da autoridade parental. Com os elementos conceituais de Jacques Lacan, podemos falar em separação do discurso do Outro. Gostaríamos de dedicar uma atenção especial a essa característica do adolecer, pois aí a relação do sujeito com o Outro se dá de forma mais explícita e permite maiores elaborações. Para isso, recuperamos o “Seminário 11”, quando Lacan (1964/1988) propõe as operações de constituição do sujeito: alienação e separação. São operações lógicas, irrestritas a momentos cronológicos do desenvolvimento psicológico ou a qualquer teleologia. O sujeito está em báscula entre alienado e separado, entre petrificado como objeto de gozo do Outro e habilitado para se questionar quanto ao seu desejo. Para que o sujeito possa separar-se, é necessário que o Outro que lhe objetaliza falte: seja porque algo no seu desejo já não aponta somente para o próprio sujeito, seja porque surgem falhas no discurso do Outro que revelam: “Não há no Outro nenhum significante que possa, conforme o caso, responder pelo que sou” (Lacan, 1958-1959/2002, p. 322). Isso equivale a um abalo no eixo simbólico-imaginário que deixa transparecer algo do real, o que é possível destacar em diversas manifestações da adolescência, como faremos a seguir. Por enquanto, importa realçarmos que esse abalo remete ao desamparo, ou seja, à situação fundante do sujeito: o *infans* que, por sua prematuridade, ainda não tem os recursos que virão do Outro para satisfazer suas necessidades e fazê-lo sobreviver e, por isso, encontra-se impotente frente às exigências da vida (Freud, 1926/2014).

Até aqui, tratamos da adolescência no singular, como uma construção universal para todo sujeito que se aproxima do momento de concluir sua infância. No entanto, a adolescência deve ser escrita no plural, pois cada sujeito, em especial aquele que protagoniza este trabalho, mantém um laço singular com seu Outro. Para os adolescentes em acolhimento institucional, é necessário pensar, em paralelo à reedição do desamparo primordial ao adolecer, o desamparo discursivo aos quais esses adolescentes estão vulneráveis devido aos marcadores sociais da diferença (Moscon et al., 2023). O desamparo discursivo, em especial, se refere ao “silenciamento observado em determinadas modalidades de sofrimento, advindas do modo como as pessoas estão situadas no laço social, nesses casos, em posições socialmente desqualificadas” (Rosa, 2022). Assim, há uma dimensão política da clínica que não é possível ignorar.

De todo modo, é evidente que diferentes tentativas de se separar de diferentes encarnações do Outro engendrarão as mais variadas respostas. Com alguns adolescentes, escutamos as dificuldades típicas de se separar do discurso parental. Outros, porém, não trazem consigo discurso algum, atestando para uma falta de sentido na vida, dando a ver um silêncio subjetivo para além da simples inibição ou resistência e apontando para um Outro que se demitiu de sua função simbólica prematuramente. Alguns rememoram com dificuldade uma história pontuada por momentos de cooptação pelo tráfico, tentando distanciar-se da violência testemunhada com frases como “Saí dessa vida”, “Não trafico mais” e a insistente “Não queria morrer”, numa tentativa de separar-se desse Outro pela temporalização do passado e do presente. Outros, ainda, parecem estar

no momento de concluir sua adolescência e começam a autorizar-se enquanto sujeitos, embora isso possa suscitar conflitos, quando vão muito além do lugar de objeto de proteção que lhe atribui o Outro institucional, do qual falaremos em breve.

Em suma, a pluralidade discursiva que os adolescentes trazem aponta para configurações de constituição subjetiva pautadas não necessariamente em uma lógica edípica. Em condições típicas, quando o analisando busca o analista, busca realizar uma “ilusão fundamental, estrutural, de que seu saber – o saber do inconsciente – já está todo constituído no psicanalista” (Miller, 1987, p. 77). Porém, quando alguns adolescentes se encontram conosco parecem não buscar a realização de ilusão alguma; estão mais ou menos certos de que nutrimos ilusões sobre eles e que, assim como com os outros adultos em sua vida, nada que possam falar irá nos convencer do contrário. É daí que surgem falas típicas nos inícios de nossos atendimentos: “Eu não tenho nada para falar” e “Eu só falo merda” ou a descrença quando afirmamos repetidamente que queremos lhe ouvir, não importa o quê.

Aproximamos essa vivência do que Guerra et al. (2015) nomeiam “sujeito suposto suspeito”, uma modalidade de transferência formalizada através da experiência com adolescentes sob medidas socioeducativas, mas que tem sido útil para discutir e manejar nossos casos. A suspeita tem a ver com uma “antecipação insistente de um saber não demonstrável” (p. 41) como se, conforme as figuras de alteridade que insistem em lhe dedicar um olhar desconfiado – por sua cor de pele, suas vestimentas, seu local de moradia e suas origens –, esses adolescentes espelhassem tal suspeita na transferência. Daí a importância de sempre visar à separação dos significantes que lhes marginalizam, tarefa que roga, a cada momento, ajustar nossa conduta de escuta e intervenção.

O outro institucional e o sujeito “arisco”

Os serviços de acolhimento institucional surgem como parte do Sistema Único de Assistência Social [SUAS], com o fim de instituir medidas protetivas a crianças e adolescentes que tiveram seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados por impossibilidade de tutela pela família ou por violação de direitos, nos casos de abandono, violência ou negligência. Seu funcionamento é regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e passou por mudanças significativas com a nova Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010/09). Entre essas mudanças, Silva e Arpini (2013) sublinham algumas como essenciais para pensar um esforço de afastar-se de um passado, no qual as práticas de abrigo se aproximavam das instituições totais, e de prezar pelos acolhidos como sujeitos: diálogo ampliado com a família no processo de institucionalização, estabelecimento de tempo máximo para permanência em acolhimento, garantia da convivência comunitária e plano individual de atendimento ao acolhido. As autoras argumentam que tais propostas vão no sentido de combater o empobrecimento subjetivo decorrente da privação de laços sociais fora da instituição, além de valorizar a singularidade das crianças e adolescentes por oportunizarem momentos de escuta individualizada.

Por serem serviços com fins protetivos, é comum que haja certa objetualização dos sujeitos acolhidos. No que concerne ao nosso projeto, isso se dá a ver na forma como somos

abordados pelas unidades, pois, na maior parte dos casos, são os técnicos da instituição que solicitam atendimento. Nas solicitações, é raro que seja mencionado o interesse do adolescente. Em paralelo, a indiferença esporádica dos adolescentes na recepção à nossa chegada é compreensível, visto que a queixa feita pela instituição nem sempre lhes diz respeito, pois não é incomum que nela se confundam questões institucionais e sintomas subjetivos – como vemos em solicitações que se limitam a descrever um histórico de evasões (como são chamadas as saídas não autorizadas da instituição), ou quando se repete, nos relatórios de diferentes adolescentes de uma mesma unidade, a queixa de “não obediência a regras”. Em nossa presença, essa demanda institucional se traduz por vezes no uso de ordenamentos aos adolescentes para que se comportem ou para “não causar problemas”, colocando-nos de forma frequente numa posição de vigias, como alguém que iria delatá-los aos técnicos. As circunstâncias desse início subvertem, portanto, um início típico de análise, em que o analisante chega até o analista por iniciativa própria e com sua queixa minimamente formulada.

Que consequências essa subversão produz para a direção do tratamento? Se consideramos, com Lacan (1958/1998), que a oferta de um lugar de fala por parte de um analista é a condição para que se produza uma demanda de escuta por parte de um sujeito, restaria a nós agradecer à psicologização do sujeito moderno e ao Outro institucional pela oferta contínua de um modo de acolhimento ou tratamento do mal-estar. Porém, coloca-se em questão como preservar certa autonomia para o sujeito que vê tanto nossa oferta como sua demanda alienadas pelo Outro institucional, visto que ambas podem surgir como mais uma ordem imposta ao adolescente a ser seguida ou mais uma atividade de rotina ao invés de um espaço próprio e propício ao trabalho. De nossa parte, o trabalho começa a partir daí: nós chegamos até o adolescente para fazer uma oferta manifesta em nossos termos e oportunizar que seja produzida uma demanda própria ao adolescente, diferenciando-o da instituição. Apesar de essa demanda geralmente se produzir, isso não nos isenta de pensar nas condições desse início e de como nos posicionar frente ao lugar em que a instituição nos coloca.

Na maior parte dos casos, somos convocados quando a unidade de acolhimento julga que o adolescente é difícil de lidar: é disruptivo, pois agressivo; é esquivo, pois silencioso; é antissocial, pois defensivo; é manipulador, pois inconstante em suas respostas. Qualquer outro sujeito que tivesse suas condições de vida reconhecidas enquanto complexas e atípicas teria a liberdade de se portar dessa forma. Todavia, esses adolescentes continuam a ser tomados enquanto “ariscos”, significante eleito neste trabalho para resumir os significantes institucionais que alienam esse sujeito e tendem a torná-lo objeto de gozo. Silva (2010) é quem atenta para tal, destacando duas modalidades de gozo por parte do Outro institucional: o gozo perverso, que vem desde aqueles que se colocam em “uma posição de poder sobre o corpo ou o destino desse adolescente” (p. 168), o que surge em alguns casos como ameaças de privá-lo de momentos de convivência comunitária decorrentes da alegação de “mau comportamento”, como desrespeito à privacidade com a retirada das portas de alguns ambientes ou mesmo por meio das perguntas insistentes de profissionais da UAI que tentam romper o sigilo firmado entre praticante e adolescente;

e o gozo maternal, daqueles que se idealizam como cuidadores absolutos desses adolescentes e inevitavelmente se deparam com o fracasso, sempre que sua atenção se torna invasiva, a ponto de afugentá-los ou deixá-los sem escolha que não a reação hostil. Tal gozo, que comporta algo do real, parece ampliar o desamparo, no qual esses adolescentes já se encontram pelo abalo do simbólico próprio do adolecer e pelos estigmas dos quais são vítimas. Como nos posicionar, então, diante disso?

A clínica do desamparo, uma clínica à risca, uma clínica que arrisca

É Lacan (1960-1961/2010), em seu retorno a Freud, que chama nossa atenção para o fato de que “existem fenômenos psíquicos que se produzem, se desenvolvem, se constroem para serem ouvidos, portanto, justamente para este Outro que está ali, mesmo que não se o saiba” (p. 221). Para os adolescentes em acolhimento institucional, porém, temos frequentemente um Outro que não os escuta. Silva (2013) retrata como a família e a instituição de acolhimento se desobrigam desse papel: “Repetem-se indefinidamente expressões, tais como: ‘Não posso mais’, ‘Não estou preparado para isto’; ou o clássico: ‘Não sou pago para isto!’. São palavras que têm efeitos de atos: atos de rejeição, mas principalmente de destituição e desistência” (p. 169). De todos os lados, eles encontram silenciamento: enquanto adolescentes, são descredibilizados e impedidos de autorar sua história; são considerados infratores e anormais; e, enquanto institucionalizados, são tomados como objetos de gozo e negados enquanto sujeitos de fala.

Ao sermos convocados nesse cenário tão hostil, atentamos para não reeditarmos o silenciamento. Dentro da instituição, somos, antes de tudo, figuras de alteridade, com a oportunidade de romper a lógica vigente. Em vista disso, apostamos que as palavras desses que aparecem como “ariscos” possam ser tomadas à risca. Seguir a palavra à risca é tomá-la em sua dimensão significativa, recusar qualquer empobrecimento dela, opor-se ao desamparo que deixa o sujeito à deriva. Convidá-lo a falar livremente sobre seus medos, angústias, sonhos e desejos, o que quiser. Ou seja, apostar no sujeito e acompanhá-lo na sua trajetória, que ultrapassa a institucionalização, já que é possível haver a continuidade do trabalho para além do período de acolhimento, seja na construção de um projeto de vida ou na oferta de uma escuta singularizada. Ratificamos nosso sigilo e nossa ética sempre que o momento se mostra propício para que o adolescente construa algo seu, além do olhar do Outro institucional, fazendo bom uso desse espaço.

Para escutar o adolescente e permitir certa ancoragem, atribuímos às palavras seu peso simbólico: dizemos a eles que o que eles dizem tem valor, atemo-nos à sua fala com atenção. Por vezes, devolvemos essas palavras com um susto, um estranhamento, um riso, um meneio, pontuando seu discurso com afetos que não são permitidos fora dos atendimentos, julgados como sinais de fraqueza, fingimento, irrupção. Ao nos abnegarmos da posição de estar lá como um “adulto igual aos outros”, que seria equivalente àqueles que exercem o controle e o reforço das leis da instituição (Andrade & Lang, 2020), buscamos uma abertura transferencial e um lugar de elaboração subjetiva com potencial de disjunção da posição subordinada, na qual os colocam.

Através desses esforços, buscamos afirmar a capacidade do dispositivo analítico de subverter os saberes instituídos aprioristicamente acerca desses adolescentes que lhes força à sujeição. Também, é nosso papel possibilitar que o adolescente venha a se separar dos significantes institucionais que o alienam. Colocamos tais significantes em dúvida, relativizando-os, abrindo espaço para que outros significantes surjam, privilegiando um saber que se constrói *a posteriori* pelo próprio sujeito. Nesse sentido, a clínica à risca remete não só à palavra como falada, mas também como riscada, escrita. Não estamos falando da escrita com o apoio do lápis e papel – embora esta surja em alguns atendimentos –, mas sim da escrita como a organização de uma narrativa que permite a transmissão no estabelecimento de um laço social que lhe confere um lugar no Outro.

Aqui, invertemos a ordem tradicional de uma análise, pois, se tradicionalmente temos no início a leitura do psicanalista, com suas interpretações sobre o texto produzido em associação livre (Castro, 2022), na clínica à risca, muitas vezes, será preciso escrever antes de ler, para que haja um discurso no qual se amparar, ou seja, um que inaugure posições subjetivas que permitam a produção e o compartilhamento de sentidos distantes da reificação. Neste ponto, pensamos em adolescentes que, por terem passado por numerosos arranjos domésticos, passaram de família em família em mudanças abruptas, o que dificultou a formação de um romance familiar ou outra ancoragem simbólica que diga de seu pertencimento. Pensamos também em adolescentes que, embora nos contem a narrativa completa de um dado acontecimento, ela soa estrangeira, como se repetissem mecanicamente o que um adulto contou do que eles viveram, mas não integraram. Esse giro não perde de vista que, se adolecer é produzir um sintoma, é preciso tempo para sintomatizar, para cifrar o que poderá ser decifrado num tempo futuro. Assim, concordamos com Coutinho (2006) ao apontar que, “no caso dos adolescentes, o objetivo da análise é muito mais que o sujeito possa se autorizar nos seus atos e até mesmo no seu sintoma” (p. 48).

Por outro lado, há uma ressalva a ser feita: conferir peso simbólico à palavra não é tomá-la ao pé da letra em seu sentido. Dessa forma, quando escutamos do adolescente uma ameaça de agressão ou um anúncio de fuga, por exemplo, devemos fazer o esforço para não escutar a palavra em seu valor imediato, mas nos atentarmos que, se ele está nos dizendo isso, é porque nos implica um endereçamento transferencial que permite a dialética. Se tentamos convencê-lo do contrário, reportamos a um profissional institucional ou tomamos qualquer outra medida que feche o sentido de sua fala prematuramente, perdemos o ponto de abertura que esse sujeito nos convida a adentrar. Recordamos as sessões iniciais de um dos adolescentes atendidos, cuja precipitação à agressividade era frequente: depois de passar grande parte de uma sessão antagonizando um de seus pares na UAI e declarando que estava decidido a arranjar uma briga com ele assim que finalizado o atendimento, ao ser respondido pelo praticante com uma simples expressão de simpatia às suas queixas contra esse colega, demonstra estranhamento. Ao fim, tendo se despedido e ido para o seu quarto, retorna repentinamente, acompanhado do colega de quem tanto se queixou, insistindo que ele cumprimentasse o praticante. A partir de então, a narrativa de seus conflitos nas sessões paulatinamente muda, permitindo sua ponderação entre a satisfação decorrente das brigas e as consequências pessoais e institucionais possíveis. Pensamos que seu estranhamento

diante da resposta do praticante aponta para sua surpresa diante de um outro que não tenta coibi-lo ou dissuadi-lo, que lhe oportuniza o tempo de compreender o valor de seus próprios atos. Se disso decorre a redução da agressividade, é colateral; nosso interesse reside na transformação da precipitação em subjetivação.

Em paralelo, também podemos afirmar que essa clínica também é uma clínica que se arrisca, pois banca os riscos de sair de sua zona de conforto, do *setting* tradicional, para ofertar escuta a esses que não são escutados. Constitui-se, de início, como um dispositivo de subjetivação, possibilitando reconhecer, ainda que em devir, uma posição de sujeito. Nessa orientação, trazemos que as tentativas de vinculação e o manejo da transferência muitas vezes são feitos com certo nível de informalidade, arriscando ofertas de diferentes modos de escuta possíveis: ofertamos o lápis para que escrevam uma carta à família distante, o papel para desenhar o sonho da noite passada ou escrever uma música em sessão; nosso interesse para assistir a um *anime* que conta sua história, nosso tempo para jogar um jogo de tabuleiro, nosso corpo para driblar e fazer gol, nosso humor em brincadeiras e chistes que tornem o atendimento convidativo. Tudo isso segue uma direção: que os adolescentes nos depositem a confiança necessária para falar e que reconheçam nas sessões um espaço de escuta, criando um endereçamento transferencial possível. Aos poucos, vamos nos afastando das queixas da instituição – sem, no entanto, ignorá-las –, abrindo espaço para que esse adolescente formule sua própria demanda. Entre ofertas e demandas, vemos surgir um desejo que até então não teve lugar de fala e escuta, visto que é a partir das voltas da demanda que se pode contabilizar o desejo (Lacan, 1961-1962/2003).

Sobre o manejo da transferência, consideramos necessário dar alguma consistência à regra da abstinência nessa clínica que arrisca. Quando nos abstermos de responder às demandas do sujeito, é para o frustrarmos nos pontos em que seu desejo se encontra alienado às demandas do Outro (Lacan, 1958/1998). Por isso, abtemo-nos de responder quando nos indagam, por exemplo, sobre o valor de seu comportamento, colocando-nos no lugar do Outro institucional, parental ou jurídico, em questões como “Roubar é coisa de gente ruim, né?” ou “Você acha que minha mãe iria querer uma filha que faz isso?” Há outras demandas, que dizem ou não de uma alienação, mas que exigem outras respostas: quando nos demandam outros apoios para escrever ou desenhar aquilo que ainda não podem falar, ou quando nos demandam adotá-los, protegê-los ou lhes dar algum objeto, por exemplo. A resposta do praticante nesses casos será avaliada caso a caso, e isso é essencial: que a técnica não se enrijeça em nossas intervenções, nem nos ensurdeça para a singularidade de nosso sujeito.

Além dos embaraços que acompanham a não prescritividade de nossas intervenções, podemos citar uma outra dificuldade no atendimento a esses adolescentes. Por acumularem experiências que os colocam no lugar de desacreditados, alguns deles parecem aguçar seus sentidos para falas do praticante que pareçam situá-los nesse lugar. Em contrapartida, frequentemente, nossas próprias vivências são radicalmente diferentes das experiências de vida desses adolescentes. Essa diferença pode predispor a certa resistência em escutar alguns relatos, o que Rosa (2016) nomeia “resistência de classe social”, uma resistência do praticante. Logo, é de suma importância preservar nossa escuta diante de narrativas

de violência, negligência, miséria e abandono, não nos deixarmos levar pelos afetos que irrompem nesses momentos, não compactuarmos com o silenciamento que se impõe a esses sujeitos (Moscon et al., 2023).

Outros embaraços surgem quando aparecemos como terceiros entre o adolescente e a instituição. Notamos isso em pequenos momentos, como quando sugerimos que o adolescente escolha o lugar de atendimento dentro da unidade e um dos profissionais desaprova a escolha, ou quando respeitamos seu “não” para um convite a falar e um educador insiste para que vá conosco. Nesses momentos, vislumbramos sem empecilhos o preterimento do desejo desses adolescentes e, apesar de ser necessário não se opor à instituição de modo a fragilizar o diálogo entre ela e o projeto de extensão, também será preciso tomar oportunidades para endossar as escolhas desse sujeito.

A clínica à risca e que arrisca se propõe com adolescentes também por sua propensão à atuação. Para recuperar esta discussão, definimos atuação como o agir quanto a um conteúdo psíquico que não pôde encontrar representação em palavras (Ruthes & Lustoza, 2018). No processo de adolecer, que constantemente remete ao desamparo, é comum que as palavras faltem, precipitando o sujeito ao ato, que pode vir em duas modalidades: como *acting out*, atuações que fazem apelo ao Outro e buscam inscrever o que ainda não pode ser dito; ou como passagens ao ato, em que o sujeito sai de cena para identificar-se ao objeto como resposta à ameaça de ser ejetado do campo do Outro (Lacan, 1962-1963/2005). O exemplo paradigmático é o da jovem homossexual (Freud, 1920/2022), que se utiliza das duas modalidades: *acting out*, ao encontrar-se publicamente com uma dama infame, e passagem ao ato, na tentativa de suicídio que se segue ao ser flagrada pelo pai em um desses encontros. É de suma importância marcar que nenhum ato pode ser categorizado *a priori* como *acting out* ou passagem ao ato, sendo imprescindível ser lido à luz da singularidade do caso.

Entre nossos adolescentes, há atos, como as automutilações, que surgem num momento em que a relação do adolescente com seu próprio corpo se empobrece, quando este se torna objeto-dejeto. Nesses casos, opomo-nos a esse empobrecimento através de palavras que recuperem seu valor. Outros atos, entre eles algumas automutilações e evasões (como são chamadas as saídas não autorizadas da instituição), surgem como demandas de amor ao convocar a preocupação dos outros, quando o adolescente se julga preterido por eles. Quanto a estes, o espaço da sessão se oferece não para responder à demanda de amor, mas para falar desse amor que não chega, que é ambivalente, que exige um luto, que é possível de se deslocar. Há também os atos disruptivos, que nos fazem questionar: buscam inscrever uma lei que ainda não se mostrou? São repetições impensadas de uma cadeia significativa acerca daquele adolescente que lhes aliena no lugar de infrator? O que diz da posição desse sujeito frente ao Outro e aos outros institucionais? São questões que servem para nortear nosso uso da palavra: onde é necessário trabalhar a polissemia, onde alguns pontos de basta estão para serem feitos, onde já chegou o momento de concluir.

Em conclusão, cabe destacarmos que, de modo algum, fomos exaustivos na exposição das especificidades clínicas com esses adolescentes. Enfatizamos a diversidade de arranjos sociais e psíquicos ao adolecer, sabendo que os impasses e saídas decorrentes

desses cenários podem ser inúmeros. Devemos nos manter abertos ao novo, àquilo que fura o discurso estabelecido, a modos de subjetivação que seguem outros destinos que não os traçados aqui.

Considerações finais

Ao fim, podemos retomar a discussão foucaultiana acerca do conhecimento de si, quando ele afirma que a psicanálise recupera a categoria da verdade da antiguidade, visto que Lacan foi o único depois de Freud a querer recentralizar . . . a questão do preço que o sujeito tem a pagar para dizer o verdadeiro e a questão do efeito que tem sobre o sujeito o fato de que ele disse, de que pode dizer e disse, a verdade sobre si próprio (Foucault, 2006, p. 40).

O diferencial da psicanálise, ao pensar na relação do sujeito com a verdade, é que não buscamos a verdade no sujeito como se ela estivesse aí *a priori* ou como se o sujeito se doasse à objetivação sem degradar-se em objeto de conhecimento. Numa análise, constrói-se uma verdade com propósito ético: é reconstituindo os pontos de “fixação” do sujeito que este poderá saber-fazer com eles para responder à questão: “Agiste conforme o desejo que te habita?” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 376). A verdade da psicanálise não é aquela que se extrai do binômio subjetivo-objetivo, mas aquela que serve ao fortalecimento ético do sujeito de desejo. Por isso, podemos afirmá-la enquanto dispositivo de subjetivação.

Na escuta que dá corpo a esse dispositivo, é crucial discernir o que ancora o sujeito à vida numa enunciação a mais livre possível sobre seus sonhos, desejos e modos de estar no mundo. Em vista disso, solidarizamos-nos com os investimentos no laço social como um modo de regulação do gozo, como fazem tentativamente as mudanças legais acerca do acolhimento. Por isso, dispomo-nos a atender aos adolescentes em qualquer de seus locais de convivência, dentro ou fora da unidade de acolhimento. Essa diversificação dos *settings*, que acompanha a pluralização da adolescência, não implica abrir mão do dispositivo analítico. Antes, entendemos que ela permite enriquecer a práxis psicanalítica. Seguimos a indicação acerca da liberdade tática do praticante (Lacan, 1958/1998) no contato com um público distinto daquele atendido e discutido no cânone freudolacaniano, sem nos esquecermos do que é a essência dessa práxis: apostar na potência simbólica das palavras desses sujeitos.

Ao ofertar escuta a esses que geralmente não são escutados, testemunhamos as construções de cada um acerca daquilo que estava no campo do indizível, pelo desamparo que lhe tolhia as palavras; dedicamos um olhar e uma escuta atentos a quem está à nossa frente, mas parece sempre ficar atrás dos discursos que lhe marginalizam, e “esse olhar-testemunha pode se fazer Outro, se atualizar na leitura que o analista faz, no que ele diz do que ele vê, ou no que silencia” (Aires, 2022, p. 31). No projeto “Adolescência, Acolhimento Institucional e Clínica do Desamparo”, apostamos que cada adolescente possa conquistar agência e responsabilidade mesmo com as limitações impostas pela idade, pelas vulnerabilizações e pela vida.

Referências

- Aires, S. (2022). Um texto em três tempos. In C. Leite, & E. Fonseca (Orgs.), *Parlêtre: psicanálise, pesquisa e transmissão* (pp. 17-36). Campinas: Mercado de Letras.
- Alberti, S. (2010). *O adolescente e o Outro* (3a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Almeida, P., & Fernandes, A. (2020). O Sujeito Adolescente e o Corpo: Uma Leitura Psicanalítica. *Revista Subjetividades*, 20(2), 1-12. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iesp2.e9311>
- Andrade, L., & Lang, C. (2020). A transferência na clínica psicanalítica com adolescentes. *Estilos da Clínica*, 25(2), 297-312. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2>
- Broide, J., & Broide, E. (2020). *A psicanálise nas situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Castro, J. E. (2022). A escuta e a leitura do psicanalista – Considerações sobre os binômios fala-escuta e escrita-leitura em contexto de análise. In C. Leite, & E. Fonseca (Orgs.), *Parlêtre: psicanálise, pesquisa e transmissão* (pp. 37-49). Campinas: Mercado de Letras.
- Coutinho, L. G. (2006). Pensando sobre as especificidades da clínica psicanalítica com adolescentes. *Latin-american Journal of Fundamental Psychopathology on-line*, 6(2), 44-55. <https://biblat.unam.mx/hevila/Latinamericanjournaloffundamentalpsychopathology/2006/vol3/no2/5.pdf>
- Fernandes, R. (2023). “Psicologizando a sociedade”: as ciências psi e a perspectiva moderna do eu. *Simbiótica: Revista Eletrônica*, 10(1), 82-105. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i1.38475>
- Foucault, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud. *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (P. C. de Souza, Trad., pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1926)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)* (Vol. 6, P. C. de Souza, Trad., pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905)
- Freud, S. (2022). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In S. Freud, *Neurose, psicose, perversão* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 157-192). Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1920)
- Grillo, C., Albuquerque, B., & Ferreira, R. (2022). Adolescência: Uma inquietante e íntima estranheza. In C. Grillo, B., Rocha, & M. Mourão (Orgs.), *Janela da escuta: O adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida* (pp. 55-69). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gros, F. (2012). A propósito de “A hermenêutica do sujeito”. *Mnemosine*, 8(2), 316-330. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41569>
- Guerra, A., Aranha, M., Broide, E., & Gotijo, I. (2015). Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber. In A. M. C. Guerra, D. M. Penna, & S. N. Soares (Orgs.), *Direito e Psicanálise II: O adolescente em foco* (pp. 30-49). Curitiba: CRV.
- Jucá, V., & Vorcaro, A. (2018). Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Psicologia USP*, 29, 246-252. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160157>

- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1964)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1958)
- Lacan, J. (2002). *O Seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1958-1959)
- Lacan, J. (2003). *O Seminário, livro 9: A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Obra original publicada em 1961-1962)
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1962-1963)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1959-1960)
- Lacan, J. (2010). *O Seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1960-1961)
- Lancetti, A. (2006). *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec.
- Miller, J. A. (1987). *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscon, B., Chamusca, C., Moreira, Y., Dias, L., Flores, L., & Aires, S. (2023). Desamparo, clínica e política: Prática psicanalítica com adolescentes em acolhimento institucional. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 12(22), 1-29. <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/5182>
- Rassial, J. (1999). O *sinthoma* adolescente. *Estilos da Clínica*, 4(6), 89-93. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281999000100009&lng=pt&tlng=pt
- Rosa, M. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, Fapesp.
- Rosa, M. D. (2022). Sofrimento sociopolítico, silenciamento e clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>
- Ruthes, R., & Lustoza, R. (2018). Passagem ao ato e *acting out*: função e sentido da distinção. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 7(12), 120-132. <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/3236>
- Silva, I. P. (2010). Desabrigados da palavra. *Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (38), 160-170. <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista38-3.pdf>
- Silva, M., & Arpini, D. (2013). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: O ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440. <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p422>

Psychoanalytic listening to adolescents in institutional sheltering: an extension experience

Abstract

The extension project “Adolescence, Sheltering and Helplessness Clinic” offers psychoanalytic listening to adolescents in social vulnerability and those who find themselves in sheltering institutions. In the present article, the potency of psychoanalytic device is discussed in its relation to the terms which compose the project’s title, specially the concept of helplessness. Guided by the principle of clinic’s territorialization, the members of this project establish dialogue with Sheltering Institutions and translocates to the adolescents to offer a listening which can be done in different clinical molds, mitigating the subjective silencing produced by the institutional Other and by the so frequent social vulnerability among these subjects. From that point onwards, it is noted that the singularity of each case requires questioning of some elements of psychoanalytic theory and clinic, such as the setting, the management of transference, the direction of treatment and possible interventions for the practitioner. The project aims to bet on the significant value of what is brought by these adolescents, letting the dimension of desire come through, of agency about their history, detaching from an objectifying determination.

Keywords: Psychoanalysis, Adolescence, Helplessness, Extended clinic

Écoute psychanalytique des adolescents dans institutions d’accueil: une expérience d’extension universitaire

Résumé

Le projet d’extension universitaire « Adolescence, Accueil institutionnel et Clinique de la détresse » propose une écoute psychanalytique aux adolescents en situation de vulnérabilité sociale et qui se trouvent dans des institutions d’accueil. Dans cet article, nous cherchons à présenter la puissance du dispositif psychanalytique dans sa relation avec les termes qui composent le titre du projet, notamment le concept de la détresse. Guidés par le principe de territorialisation de la clinique, les membres du projet établissent un dialogue avec les Unités Institutionnelles d’Accueil (UAI) et se vont aux adolescents pour leur proposer une écoute qui peut se dérouler de différentes manières cliniques, atténuant le silence subjectif qui se produit souvent par l’action de l’Autre institutionnel et par la vulnérabilité sociale de ces sujets. De là, il est souligné que la singularité de chaque cas nécessite de remettre en question certains éléments de la théorie et de la clinique psychanalytique, tels que le setting, la maniement du

transfert, l'orientation du traitement et les interventions possibles du praticien. Le projet vise à investir dans la valeur signifiant de ce qui est apporté par les adolescents, en permettant d'émerger une dimension désirante, d'agencement vis-à-vis de leur histoire, en les détachant d'une détermination objectivante.

Mots-clés: Psychanalyse, Adolescence, Détresse, Clinique amplifiée

Escucha psicoanalítica para adolescentes en acogimiento institucional: una experiencia de extensión

Resumen

El proyecto de extensión universitaria “Adolescencia, Acogida Institucional y Clínica del Desamparo” ofrece escucha psicoanalítica a adolescentes en situación de vulnerabilidad social y que se encuentran en instituciones de acogida. En el presente artículo, se busca presentar la potencia del dispositivo psicoanalítico en su relación con los términos que componen el título del proyecto, en especial el concepto de desamparo. Guiados por el principio de territorialización de la clínica, los integrantes del proyecto establecen diálogo con Unidades de Acogida Institucional y acuden a los adolescentes para ofrecer una escucha que puede darse en diferentes moldes clínicos, mitigando el silenciamiento subjetivo que a menudo se da por la acción del Otro institucional y por la vulnerabilidad social de estos sujetos. A partir de esto, se señala que la singularidad de cada caso atendido requiere el cuestionamiento de algunos términos de la teoría y de la clínica psicoanalítica, como el *setting*, el manejo de la transferencia, la dirección del tratamiento y las posibles intervenciones para el practicante. El proyecto tiene como objetivo apostar en el valor significativo de lo que traen los adolescentes, permitiendo surgir una dimensión de deseo, de agenciamiento sobre su historia, desvinculando los adolescentes de una determinación objetificante.

Palabras clave: Psicoanálisis, Adolescencia, Desamparo, Clínica ampliada

Recebido em: 1/6/2024.

Revisado em: 29/9/2024.

Aceito em: 3/10/2024.